

TRIBUNAL SUPREMO

INSTRUÇÃO nº 01/PTS/92

**Meritíssimo Juiz-Presidente do
Tribunal Judicial da Província d**

A aprovação da Lei nº 12/78, de 2 de Dezembro, e a institucionalização dos primeiros tribunais populares, culminando um amplo e participativo debate nacional em torno da administração da justiça, são os factos que, historicamente, marcam o início do processo de edificação e desenvolvimento do sistema judiciário no nosso país.

Pelos condicionalismos que se conhecem, a direcção desse processo foi, numa primeira fase, fortemente centralizada no Ministério da Justiça - órgão do Executivo que "organizava e superintendia o sector judicial" (cfr. o art. 2, nº 2, do Estatuto do Ministério da Justiça, aprovado pelo Diploma Ministerial nº 42/85, de 18 de Setembro) - e exercida, quer directamente pelo Ministro, quer através do Tribunal Superior de Recurso, ao tempo a mais alta instituição do aparelho judiciário.

Nessa altura, porque as circunstâncias o impusessem ou razões de ordem pública o justificassem, as directivas e instruções de carácter geral e obrigatório, dirigidas aos tribunais de escalão provincial e distrital, nem sempre se basearam em critérios de legalidade estrita, mas em necessidades de política criminal, social ou outras, não concretizadas em forma de lei, cuja protecção se pretendia assegurar. Na verdade, muitas dessas directivas extravasaram claramente o fim que a Lei da Organização Judiciária lhes atribuía - "...garantir uniformidade na aplicação das leis e no desenvolvimento da actividade processual" (art. 7º, nº 2, da Lei nº 12/78) - e surgiram a regulamentar matérias que eram da exclusiva competência dos órgãos legislativos.

A título de exemplo, refiram-se as directivas nºs 1/82, de 27 de Fevereiro - que determinou a aplicação imediata, pelos tribunais, dos princípios gerais contidos no projecto de Lei de Família, respeitantes ao divórcio, união de facto e união

polígama, e mandou seguir, nas acções de divórcio, a forma de processo sumário -, 1/83, de 8 de Abril - que introduziu alterações à tramitação dos processos de polícia correcional e de querela, estabelecida no C.P.Penal -, ambas emanadas do Tribunal Superior de Recurso, e 1/83, de 29 de Junho, de autoria do Ministro da Justiça - que eliminou a obrigatoriedade de recurso por imposição legal, "revogando", deste modo, o que está consagrado no § único do art. 473º do C.P.Penal.

A entrada em funcionamento do Tribunal Supremo e, sobretudo, a adopção da nova Constituição em 1990, vieram pôr fim a esta prática e permitir que o poder judicial assumisse um papel decisivo na construção de um Estado-de-Direito democrático em Moçambique. Com estes dois importantes eventos deu-se início, podemos afirmá-lo seguramente, a uma fase superior de consolidação do nosso sistema judiciário, que tem no reforço da legalidade, como instrumento de estabilidade jurídica, e na independência e submissão exclusiva dos juízes à lei (arts. 161 e 164 da Constituição), as suas premissas fundamentais.

Por isso, deixou de fazer sentido que os tribunais continuem a aplicar, mecânica e rotineiramente, as ordens dimanadas daquelas directivas que estejam em contradição aberta com as normas legais vigentes.

Tomando os mesmos exemplos, diremos que as questões da família devem ser dirimidas de acordo com os preceitos do Código Civil e da Lei nº 8/92, de 6 de Maio (relativa ao divórcio e separação judicial de pessoas e bens), o processo penal deve obedecer à tramitação e formalismo previstos no Código de Processo Penal e demais legislação aplicável (incluindo a recente Lei nº 9/92, de 6 de Maio) e a matéria referente aos recursos deve ser decidida de harmonia com as disposições em vigor dos Códigos de Processo Civil e Penal, conforme os casos.

Nestes termos, e no uso da competência que me é conferida pelo art. 70º, alínea f), da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais (Lei nº 10/92, de 6 de Maio), determino:

1 - Devem deixar de aplicar-se, em todos os tribunais judiciais, as directivas emitidas antes da entrada em funcionamento do Tribunal Supremo, que versem sobre matéria da exclusiva competência do poder legislativo.

2 - Queira V.Exa. acusar a recepção desta Instrução e dar conhecimento do seu conteúdo a todos os Juizes de Direito e Juizes, em serviço na área de jurisdição desse tribunal.

Maputo, aos 30 de Outubro de 1992

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPREMO,

(Mário Fumo Bartolomeu Mangaze)